

Ituiutaba-MG no século XX: Ordenamento urbano e saneamento

Maria Angélica da Costa Silva¹

DOI: 10.14393/CPCDHIS-v29n2-2016-12

Resumo: Este artigo busca discutir os impactos das políticas públicas federais voltadas ao saneamento urbano na cidade de Ituiutaba-MG, no decorrer do século XX. A pesquisa, baseada em documentação oficial, como Leis, atas da Câmara Municipal de Ituiutaba e em periódicos locais, aborda o processo de construção do abastecimento de água local. A instalação da autarquia municipal, a SAE – Superintendência de Água e Esgotos - foi resultado de um acordo entre a Prefeitura Municipal e o Governo Estadual e Federal, através da Fundação SESP – Fundação Serviço Especial de Saúde Pública. O processo de instalação do abastecimento de água local está inserido na conjuntura de modernização urbana da cidade, que ocorreu entre os anos 1950 e 1980. Dessa forma, busca-se apresentar a forma como o espaço urbano foi moldado de modo a atender as demandas políticas e econômicas, e até mesmo ideológicas, das lideranças locais, ao longo de cinco décadas, configurando parte do espaço urbano apresentado atualmente.

Palavras-Chave: Modernização; Saneamento; Políticas públicas

Abstract: This article discusses the impact of federal public policies to urban sanitation in the city of Ituiutaba-MG, during the twentieth century. The research, based on official documents such as laws, minutes of the City of Ituiutaba and local newspapers, covers the construction of local water supply process. The installation of the municipal authority, the SAE – Superintendent of Water and Sewage - was the result of an agreement between the City and the Federal Government, through the SESP Foundation - Special Service Foundation of Public Health. The installation process of the local water supply is inserted in the urban modernization of the city environment, which occurred between 1950 and 1980. Thus, it aims to show how the urban space has been shaped so as to meet the political demands and economic and even ideological, local leaders, over five decades, forming part of the urban space currently displayed.

Keywords: Modernization; Sanitation; Public policy

Modernização, saneamento e segregação

Após a Revolução Industrial o espaço urbano passou por inúmeras transformações, geradas pela demanda das novas relações sociais e comerciais. O aumento populacional trouxe consigo a emergência e o aprofundamento de

¹ Maria Angélica da Costa Silva. Mestranda em História, no Programa de Pós-Graduação em História -PPGHIS/INHS da Universidade Federal de Uberlândia/UFU. Maria Angélica Costa Silva mariaangelicadacosta@yahoo.com.br

problemas relacionados ao uso do espaço urbano, sobretudo em relação ao saneamento. Ao longo do século XX, essas demandas e sociabilidades foram se modificando, e perpassadas por fatores e interesses diversos, deram forma às cidades com toda a sua historicidade, suas nuances e desigualdades.

Caminhar pelo espaço urbano é uma experiência antropológica e ao mesmo tempo histórica, que faz com que se compreenda a formação daquele espaço ao longo de anos e sejam percebidas também suas contradições. A cidade é, portanto, um espaço “produzido”, ou seja, há fatores e segmentos sociais que constroem aquele espaço, como os proprietários fundiários, os capitalistas, detentores dos meios de produção, os grupos sociais, sobretudo os excluídos, os promotores imobiliários e o Estado. Dessa forma, o espaço urbano se torna ao mesmo tempo, articulado e fragmentado. O local onde se engendram disputas territoriais e simbólicas, um condicionante social e um reflexo daquela sociedade (CORRÊA:1995, p.6-10).

No caso do Brasil, os processos de modernização das primeiras décadas do século XX foram pautados pelas obras urbanas de remodelamento de áreas centrais das grandes cidades, como o ocorrido nas capitais, Rio de Janeiro e São Paulo, onde se almejava acompanhar os auspícios e demandas da inserção das mesmas no mercado mundial, visando melhorar o aspecto logístico e suprimindo as demandas por mobilidade e salubridade.

Entretanto, esses processos foram marcados pelas contradições, de uma sociedade conservadora e excludente, que queria preservar os *status quodas* antigas relações de poder, que alheavam grande parte da população do direito à cidadania². Dessa forma, o embelezamento paisagístico, a amplitude de espaços e ruas, as praças e calçadas que deveriam ser construídos, demandavam a demolição de quadras inteiras. Isso era sustentado pelos argumentos higienistas e pelo capital. Para se mostrar uma cidade moderna era necessário romper com os antigos aspectos coloniais: ruas estreitas e tortuosas, moradias e construções mal planejadas,

²As cidades coloniais brasileiras, em detrimento do modelo de colonização e organização português, apresentavam um traçado de ruas irregular, despreocupado com o alinhamento e arruamento dos imóveis, e, muitas vezes, seguindo as condições impostas pelo relevo. Em comparação a este modelo de organização urbana, há as cidades coloniais espanholas, de rígido desenho geométrico, em forma de tabuleiro de xadrez. A preocupação com o planejamento urbano, no Brasil, teve início com a influência do barroco (final do século XVII) e, se consolidou somente no final do século XIX a partir das reformas urbanas nas grandes cidades (FOLLIS, 2004, p. 47-48).

acumulação de pessoas em cortiços, o feio, o sujo e o insalubre, que daria espaço ao novo: ao progresso, à racionalidade, ao prazer estético (FOLLIS, 1971, p. 115; SEVCENKO, 2003, p. 39-43).

As mudanças na estrutura urbana vêm acompanhadas pelos interesses de grupos capitalistas, que perceberam que a segregação espacial ofereceria mais segurança para a classe média e alta, e, além disso, o lucro: através de empreendimentos imobiliários, de empresas transportadoras, estabelecimentos e imóveis comerciais, de oferta de serviços, e a especulação imobiliária gerada pela valorização de áreas modernizadas ou que oferecessem melhor infraestrutura. Assim resulta-se em uma cidade ambivalente, evidenciando a segregação sócio espacial que vai se aprofundando com o decorrer dos anos. Pesquisando a cidade de São Paulo nos meados do século XX, Raquel Rolnik apresenta a forma como esses mecanismos de valorização territorial e de segregação social ocorreram e foram se sedimentando:

As chamadas obras de remodelação – alargamento de vias, bulevares e equipamentos públicos ao ter como efeito o aumento dos preços dos imóveis, contribuíram para acentuar o caráter comercial e de serviços ao Centro, na medida em que apenas uma utilização de alta rentabilidade poderia arcar com o pagamento da renda devida a tal localização, valorizada pelo investimento público. Simultaneamente, estes novos usos criavam uma paisagem inusitada, que correspondia aos novos hábitos que a cidade passara a adotar. O projeto da Esplanada e do Teatro Municipal, um investimento milionário na época, foi o ponto alto de uma série de intervenções na área central da cidade que além de melhorar as condições de tráfego e acesso, produziram um novo produto cultural, cujo consumo, exclusivo das elites, com elas se identificava no que diz respeito à paisagem. Assim, o Centro passou a concentrar poder político e financeiro, transformando-se na própria imagem da cidade. É significativo, nesse sentido, o centro ter sido denominado, até a década de 70 do século XX, pelo povo paulistano de *cidade*. O centro histórico da cidade, mesmo quando São Paulo já tinha vários centros, era simbolicamente “a cidade”. Ir ao Centro era ir à cidade – “sua mais completa tradução” (ROLNIK, 1986, p.106).

Dessa forma, é constituída uma cidade que a autora denomina “legal”, onde se tem qualidade de vida, estrutura urbana adequada, meios de transporte e salubridade, em oposição à cidade “ilegal”, que vai se formando periféricamente com as ocupações de terrenos, moradias precárias e mal distribuídas, isolamento e pobreza.

Nas demais cidades brasileiras, nos processos de modernização os problemas gerados foram semelhantes, sobretudo no que tange à questão do saneamento urbano, principalmente na oferta de uma condição mínima, que seria a água potável e o serviço de esgotamento sanitário³. Esse tema ainda é caro às populações brasileiras, sendo que muitas pessoas ainda não têm acesso a estes serviços.

A partir da década de 1950, as políticas públicas de saneamento entraram na ordem do dia em virtude da crescente urbanização e concentração urbana, fazendo com que a demanda por esses serviços aumentasse visivelmente, sobretudo nas áreas de fronteira econômica do país. Nesse período, durante o Governo Vargas, e na conjuntura da Segunda Guerra Mundial, os interesses de guerra dos Estados Unidos convergiram para a formação de uma aliança comercial com o Brasil, originando o SESP – Serviço Especial de Saúde Pública (BASTOS, 1991, p. 28-30). Nesse momento, o quadro nacional se caracterizava pela multiplicidade de sistemas no setor, no que tange ao abastecimento de água e serviço de esgotos, sendo encontradas soluções em âmbito local e estadual, que incluíam investimentos estaduais ou privados, para a prestação do serviço à população.

Além das cidades e estados que haviam conseguido, até aquele momento, implantar um sistema de saneamento, mesmo que sem qualquer tipo de tratamento ou sofisticação, havia aquelas regiões de fronteira econômica, cujas populações sobreviviam em condições precárias de salubridade, sujeitas a epidemias e doenças decorrentes das condições de higiene precárias, sobretudo nas regiões norte e nordeste do país. Nelas, o Serviço Especial de Saúde Pública – SESP implantaria as bases da criação de uma política pública de saneamento em âmbito federal, o PLANASA - Plano Nacional de Saneamento - que seria empreendida durante os governos militares e que seria responsável pelas políticas de saneamento ainda vigentes no país (BASTOS, 1991, p.15-28; SALLES, 1996, p. 46.).

3A concepção de saneamento no Brasil passou por muitas mudanças ao longo do século XX. A concepção mais ampla, existente e adotada hoje no país é definida pela Secretaria Nacional e Saneamento Ambiental – SNSA: “Saneamento ambiental: Conjunto de ações com o objetivo de alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, compreendendo o abastecimento de água; a coleta, o tratamento e a disposição dos esgotos e dos resíduos sólidos e gasosos e os demais serviços de limpeza urbana; o manejo das águas pluviais; o controle e a disciplina de ocupação e uso do solo, nas condições que maximizem a promoção da melhoria das condições de vida nos meios urbano e rural.” (SNSA: 2004, *apud* SALLES, 2009, p. 24).

No entanto, ao observar a condução das políticas públicas de saneamento no Brasil, nota-se que no decorrer do século XX houve uma preocupação maior com a oferta de água potável à população. No final da década de 1950 o saneamento era uma das principais demandas urbanas, sobretudo nas áreas periféricas e conjuntos habitacionais financiados pelo BNH. Dessa maneira, cabe apontar a importância do Banco Nacional da habitação – BNH, e do surgimento do Plano Nacional de Saneamento – PLANASA dentro do mesmo, para a implantação de uma política pública nacional, que contemplasse o maior número possível de municípios, e que resultou em um significativo aumento da cobertura de serviços de água no Brasil, ao longo da década de 1970.

Analisando os PLANASA enquanto política pública (SAIANI, 2012, p. 31-36.) observou-se que um dos motivos da baixa cobertura dos serviços de esgotos estaria voltada para a necessidade de rápida expansão dos serviços de saneamento, sendo a água potável considerada uma necessidade mais urgente do que os serviços de esgoto, além de ser de mais fácil expansão, tanto por custos baixos quanto pela velocidade de finalização das obras, auxiliando na visibilidade dos resultados do projeto, em um período em que se fazia necessária a legitimação do regime ditatorial. Além disso, quando ocorreu a prestação dos serviços - via empresas de economia mista ou privadas - esta foi em âmbito local, como resultante, também, da herança do PLANASA, fazendo com que o poder executivo local, visando o estrangulamento da ação do governo estadual por rixas partidárias, abrisse a possibilidade de prestação do serviço por parte da iniciativa privada.

Entre um dos exemplos de cidades agraciadas por recursos da União para a implantação de serviços de saneamento, se encontra a cidade de Ituiutaba, município localizado na microrregião do Triângulo Mineiro. O estudo do caso aponta como o processo de modernização urbana da cidade está interligado com a questão do abastecimento de água e com a forma de se planejar e gerir este espaço. Dessa maneira, ao estudar o processo de instalação do serviço de abastecimento de água, foi possível observar a forma como o espaço urbano foi sendo construído, e juntamente com ele as novas práticas, costumes e modos de segregação social e espacial foram sendo impostos à população da cidade de Ituiutaba-MG.

O processo de construção do espaço urbano ao longo das primeiras décadas do Século XX: posturas e obras.

Reconstruir um quadro a respeito da cidade na primeira metade do século XX não é uma tarefa fácil, devido à escassez de documentação a respeito. Muitos memorialistas locais trataram do assunto a partir de suas memórias de infância e de memórias alheias, através da coleta de depoimentos orais. Há também algum material iconográfico, em coleções particulares, que carecem de maior trato metodológico a fim de trazer maiores esclarecimentos acerca do que era viver em Ituiutaba entre 1910 e 1950.

Por volta dos anos 1915, quando a então Villa Platina passou a categoria e cidade, tornando-se Ituiutaba, o município contava com uma população de pouco mais de 20 mil habitantes, e vivia, basicamente, da agricultura e pecuária. O núcleo urbano ainda acanhado desenvolvia algumas atividades comerciais e prestação de serviços à população local, como qualquer outra cidade pequena interiorana. Contudo, nas décadas seguintes a conjuntura histórica do país fomentaria, não diretamente, a possibilidade de crescimento das atividades econômicas na cidade e na região do Triângulo Mineiro.

Com as políticas do Governo Vargas visando expandir a fronteira civilizatória para o interior do país, a partir do final da década de 1930, por meio da denominada “Marcha para o Oeste”, e novamente com a construção de Brasília na década de 1950, no governo JK, os municípios vizinhos, mais desenvolvidos economicamente, como Uberaba e Uberlândia, passaram a complementar a produção industrial paulista, dando lugar à emergência de outros municípios no setor agrícola.

No entanto, fazia-se necessário manter o abastecimento interno brasileiro, e aproveitando a quantidade de solo disponível, utilizado para a criação de gado extensivo, no município de Ituiutaba, seus distritos e cidades vizinhas, começou-se a investir mais na produção agrícola. Dessa forma, se na atividade pecuária não se utilizava grande contingente de mão de obra, logo começaram a precisar dele. Assim, muitos migrantes que já se encontravam estabelecidos devido às atividades de outrora, como a mineração e a agricultura de subsistência, ajudaram a divulgar o

“sonho do Eldorado” nas terras “triangulinas”⁴, atraindo migrantes para o trabalho no campo.

Além disso, a administração municipal, alguns produtores rurais e agenciadores de mão de obra se encarregaram também da tarefa de divulgação da demanda de trabalhadores rurais e a possibilidade de melhora de vida a partir do cultivo de lavouras (SILVA, 1997: 25-26). Esses trabalhadores contribuíram não somente para o enriquecimento material da cidade e de produtores locais, como também para a construção histórica e cultural do município. Mesmo assim, as diferenças culturais permearam as relações daqueles com a população local, das quais o preconceito velado ou declarado, dos mineiros ituiutabanos, levou à emergência de conflitos e estigmas em relação os nordestinos (SILVA, 1997, p. 91). Nos anos 1950 e 60 a cidade ficou conhecida como um pólo de produção arrozeira, de onde foi adotado o pseudônimo de “Capital do arroz”.

Observando o traçado urbano da cidade no início do século XX (Fig. 1), é possível verificar, pelo desenho das ruas, de onde partiu o núcleo habitacional, próximo à Igreja de São José, e, pelo formato regular dos quarteirões, qual o limite inicial do território urbano.

À esquerda verifica-se o terreno da Igreja Matriz; o largo da Matriz; o antigo cemitério, representado por uma caveira, logo atrás. À direita, a indicação das ruas União, Rua 13 de Maio, Rua da Matriz, Rua do Cemitério e Rua Bela Vista – hoje, respectivamente: Ruas 16, 18, 20, 22 e 24 – e a localização das primeiras residências.

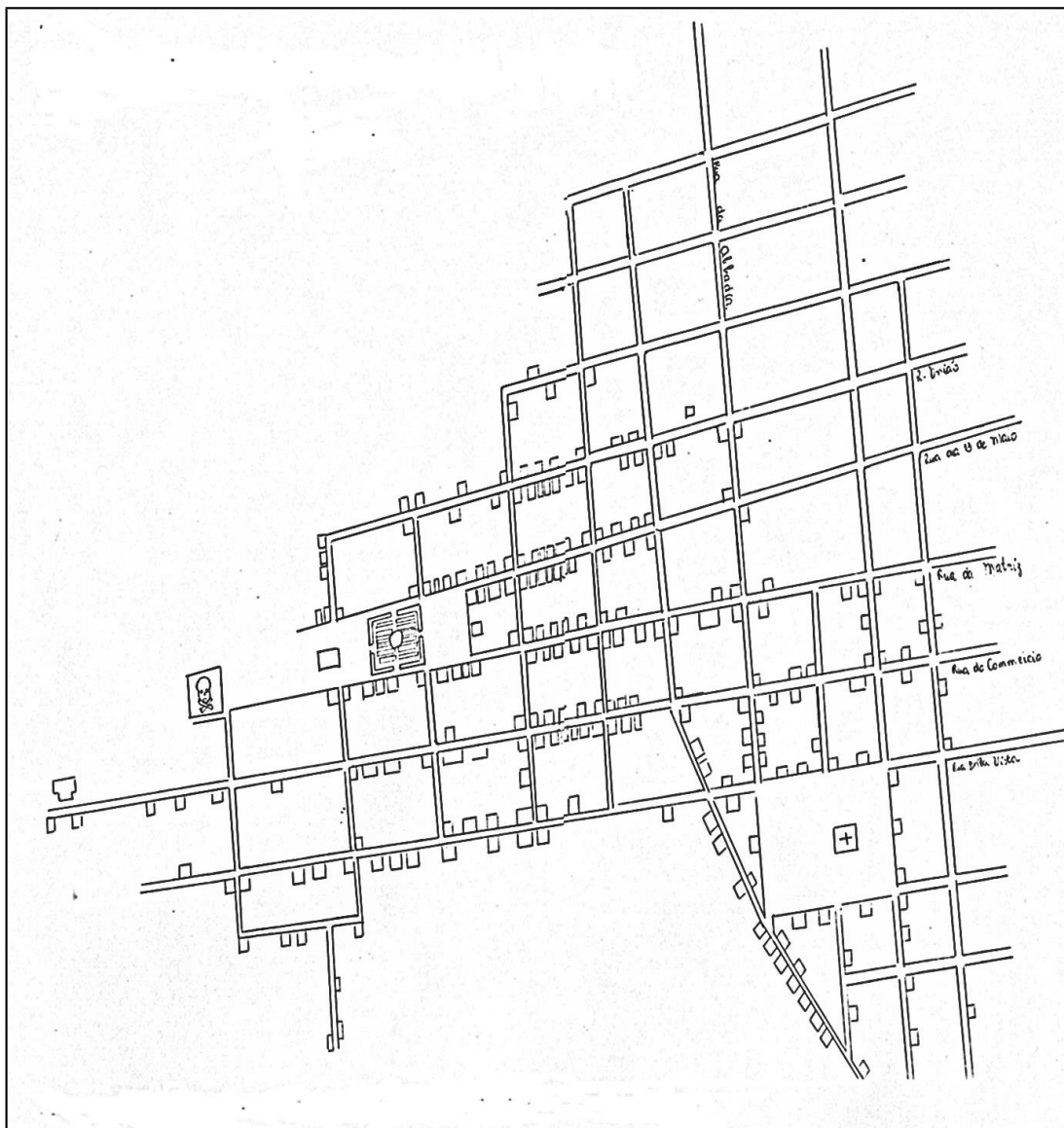
As transformações urbanas se intensificam nas décadas posteriores, sobretudo na virada dos anos 1950, quando começaram a ocorrer nas sessões da Câmara Municipal, que se fizessem o calçamento de algumas ruas, a construção de pontes e o zoneamento urbano da cidade.

Nas primeiras décadas do século XX (fig. 2) a cidade havia mudado pouco, vindo a apresentar mudanças significativas a partir dos anos 1950, quando os fluxos migratórios aumentaram, juntamente com o contingente populacional, em virtude das

⁴Expressão referente às cidades que compõem a microrregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

atividades agrícolas no município e na região. Com isso a cidade tornou-se mais movimentada, demandando obras de infraestrutura, visando oferecer melhores condições para o comércio, o transporte de alimentos, e demais atividades. Foi a partir desse momento que iniciaram as obras de calçamento das vias centrais, e a preocupação com o ordenamento do espaço urbano.

Figura 1: Traçado das primeiras ruas da cidade em 1910:



OLIVEIRA, B. S. 2002. Possivelmente esse traçado feito nas primeiras décadas do século XX é um dos desenhos do Padre Ângelo Tardio Bruno, que ajudou a desenhar a planta da cidade. Nos arquivos da secretaria de obras da Prefeitura de Ituiutaba havia um mapa, com desenho semelhante, datado de 1910. No entanto, segundo informações dos funcionários da Secretaria de Obras e Planejamento, o mapa desapareceu dos arquivos nos anos 2010/2012,

Fig. 2. Ituiutaba na década de 1930:



Fundação Cultural de Ituiutaba *apud* OLIVEIRA, B. S.2002.

Imagem aérea da cidade no final da década de 1930. Abaixo, os fundos da Igreja S. José, o cemitério municipal, e as principais ruas da área central da cidade, ao meio.

Em 1955 foi criado o primeiro Código de Posturas Municipais, em conformidade com o Regulamento de Saúde Pública do Estado, visando zelar pelas condições sanitárias, extinguindo comportamentos considerados anti-higiênicos e até mesmo as práticas “rurais” no perímetro urbano da cidade, como criar animais de abate. Além disso, neste mesmo ano promoveu-se um novo zoneamento urbano, melhor detalhado que o anterior. Vejamos alguns pontos importantes do Código de Posturas Municipal de 1955:⁵

Em relação às águas, para o consumo, ou as águas servidas – dejetos, esgotos, pluviais, os capítulos II e III (p. 13-16), que tratam da higiene e saúde das vias públicas e das habitações, respectivamente, observam a preocupação com a água e os esgotos nas vias públicas e nas residências, enfatizando que as águas escoadas em

SITUIUTABA, Lei nº 309 de 29 de janeiro de 1955.

canos, valas e sarjetas deviam ter seu escoamento livre. Além disso, proíbe-se o uso de fontes, chafarizes ou tanques públicos para a lavagem de roupa, bem como qualquer ato de higienização em áreas públicas, como os banhos. No que tange às residências, a higiene está diretamente ligada ao uso da água e das servidões de esgotos. Sobre esses aspectos o Código rege que deve-se manter instalações sanitárias adequadas ao uso e ao número de moradores, e condições de uso da água adequadas, sobretudo nos prédios e moradias que possuam a oferta dos serviços públicos de saneamento, ou que possuam um número elevado de moradores e hóspedes, como pensões, hotéis, habitações coletivas, prédios, etc.

Sobre o uso das águas não é mais permitido manter água represada ou armazenada em quintais, ou cisternas, poços, ou fossas sépticas, naqueles locais da cidade ou vilas que sejam ofertados os serviços de água e esgotos. Devido aos capítulos tratarem diretamente sobre a higiene, é notável a ligação do tema com a forma de utilização das águas, sobretudo nas áreas centrais da cidade, onde os serviços eram ofertados. Além disso, ao tratar do tema da higiene e da limpeza, a lei aborda o modo como o lixo deve ser manipulado, sendo os moradores responsáveis pela limpeza de passeios e sarjetas fronteiriças às residências, pelos quintais e, além disso, responsáveis por manter vasilhames metálicos com tampa, adequados para a coleta de lixo, que seria ofertada diariamente pela prefeitura. Estabelecia-se, portanto, um padrão de conduta a ser seguido, que até então não fora compilado em forma de um código de leis relacionadas ao tema das posturas municipais. Em atas de períodos anteriores, cita-se a existência de leis municipais referentes às posturas. No entanto, não há arquivos constando a compilação das mesmas ou detalhes informando seu teor.

Além de estabelecer normas de convivência para a saúde e salubridade urbana, os capítulos I e II (p. 37-38), tratam de extinguir atividades comuns, como a incineração e o aterramento de lixo – que ocorria até mesmo em vias públicas -, o convívio insalubre entre humanos e animais, a proibição da criação de animais na zona urbana, sejam eles para o trabalho ou para o abate, como tratado também no Capítulo II do mesmo código. Os animais para o trabalho poderiam ser mantidos nas zonas suburbana e adjacente, desde que bem tratados e em boas condições de

higiene. Estes não poderiam trafegar nas vias públicas após as 17h30, e serem conduzidos em disparada, ou sem os devidos equipamentos. Aqui, nota-se a convivência com o mundo rural na área urbana, mas a busca pela ordenação e pelo controle sobre esse mundo e suas práticas comuns. Era preciso mostrar aos visitantes e cidadãos locais uma cidade limpa e ordenada, que corroborasse com o progresso apregoado nos órgãos oficiais.

Por outro lado, havia a disputa pela permanência de práticas e costumes de outrora. No ano de 1955, quatro meses após a publicação do Código de Posturas Municipal, e com a notícia de sua implantação no jornal⁶ “Folha de Ituiutaba,” ocorreu uma reivindicação da população local em decorrência da criação e porcos na zona urbana e suburbana da cidade. Foi encaminhado um requerimento ao Legislativo⁷ com assinaturas de diversas pessoas reivindicando a possibilidade de se criarem porcos na zona suburbana da cidade. Os vereadores foram favoráveis à demanda e encaminharam o estudo do caso pelo prefeito, com a opinião de um órgão técnico.

As posturas municipais têm por objetivo estabelecer regras minimamente uniformes de ação pública, influenciando no comportamento dos cidadãos e na organização da cidade, de modo a contribuir para uma melhor apresentação do aspecto urbano e social, além de auxiliar na gestão daquele espaço em transformação e crescimento constantes. Cada vez mais a população aumentava e se faziam necessários o ordenamento e a uniformização dos padrões de comportamento, através da intenção de extinguir práticas consideradas insalubres e as “não urbanas”. A fiscalização era maior na área central, lugar de maiores fluxos e convivências de diferenças, local em que qualquer infração se tornaria mais evidente aos olhos da fiscalização.

Além disso, a fiscalização funcionaria como um mecanismo de expulsão das populações carentes, que iriam se acomodando nas áreas suburbanas. Estas regiões da cidade ofereciam a oportunidade de se continuar praticando atividades que

⁶FOLHA DE ITUIUTABA, 2/4/1955, p. 1.

⁷ITUIUTABA, Atas de reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal, 10/5/1955. Requerimento CM 9/55, p. 17.

garantiriam a sobrevivência dos mesmos, tais como a criação de animais de abate e para o trabalho. Além disso, havia a possibilidade de se ocupar terrenos para a construção de moradias e para a agricultura.

Em 1955 elaborou-se um novo zoneamento urbano⁸. Através dele foi possível verificar a divisão das áreas que receberam ou receberiam as principais obras urbanas, sobretudo o calçamento de ruas e a extensão das redes de água e esgotos, que, inicialmente, se concentravam no pequeno aglomerado central da cidade. Inserida no perímetro urbano, encontra-se a zona central da cidade, compreendida por um espaço de 24 quadras, entre as Avenidas 7 e 19 e as Ruas 18 e 26. Em seguida, os artigos 3º e 4º delimitavam as zonas suburbana e adjacente. A primeira incluía todos os terrenos situados nos bairros Vila Progresso, na margem direita do Córrego Sujo, e em mais 13 bairros. Por fim, a Zona Adjacente compreendia os terrenos do local denominado Capão da Lagoa, os quais eram destinados para arrendamento agrícola. O mapa a seguir (Fig. 3) apresenta a delimitação do zoneamento urbano, de 1955, destacando as zonas urbana, suburbana e adjacente.

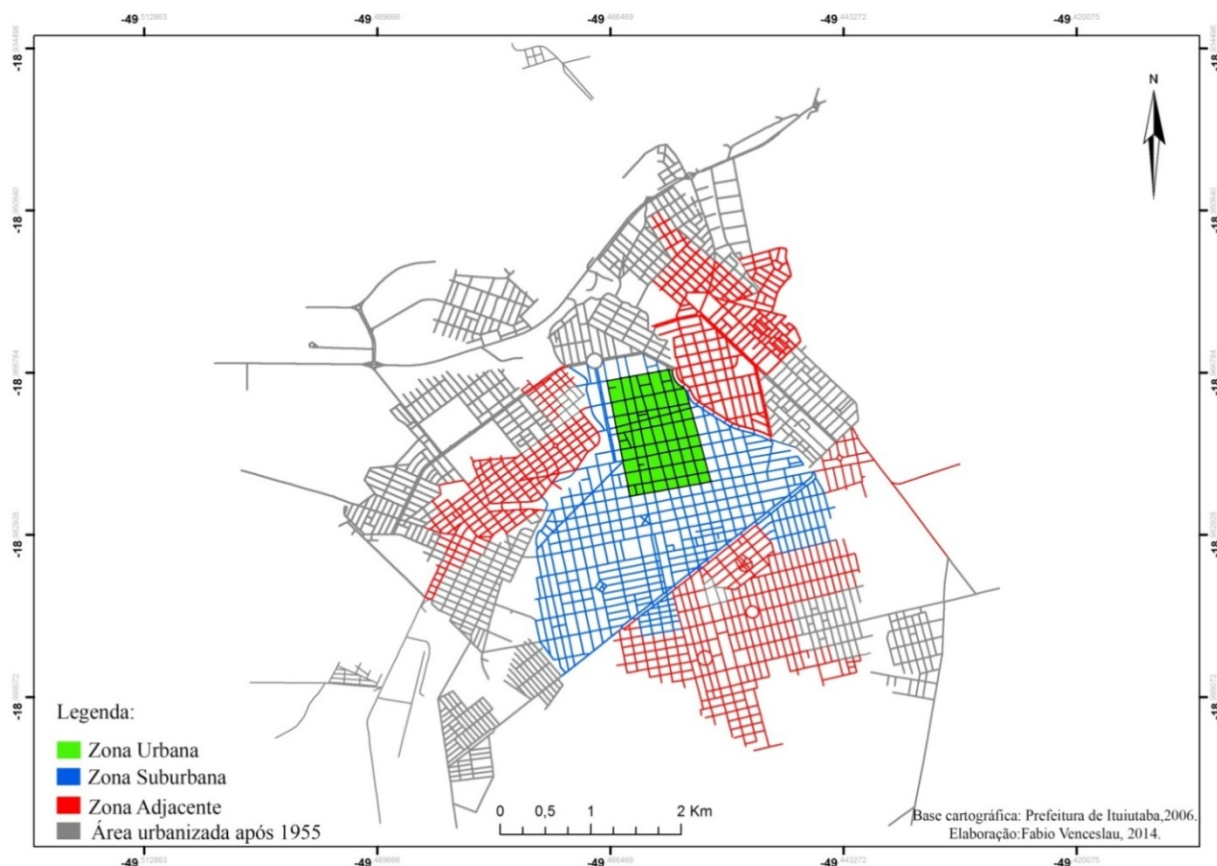
A partir de 1955, na gestão do prefeito David Ribeiro de Gouveia (inserir a data da gestão), e com continuação na gestão seguinte, de Antônio Souza Martins, se iniciaram as obras de calçamento de ruas da cidade e de instalação de redes de água e de coleta de esgotos. Visando ofertar os serviços aos prédios urbanos, ou preparando as ruas para receber o calçamento definitivo.

As obras ocorreram primeiramente no perímetro urbano, a custas de aberturas de crédito, ou em outras vezes, somente se determinava que calçassem as ruas e construíssem meios-fios, sem que houvesse verba suficiente⁹.

⁸ITUIUTABA, Lei Nº 312 de 18 de março de 1955.

⁹ITUIUTABA, Lei nº 312 de 18 de março de 1955 e Lei Nº 316 de 17 de maio de 1955.

Figura 3: Zoneamento urbano de 1955



Fonte: Prefeitura Municipal de Ituiutaba, 2006. Elaboração: Fábio Venceslau, 2014.

Nessa década e na seguinte preocupação com o abastecimento de água se agravara, não somente pela necessidade de modernização e urbanização da cidade, como também devido ao crescimento populacional, que consequentemente gerou aumento da demanda pelos serviços sanitários. O quadro a seguir (Quadro 1) aponta a quantidade de domicílios que contavam com rede de água e coleta de esgotos, até 1960, no município de Ituiutaba:

Quadro 1: Número de domicílios ocupados em 1960, com água e aparelho sanitário, no município de Ituiutaba:

	Ituiutaba	Quadro urbano	Quadro suburbano	Quadro rural

Total domicílios de	9868	811	1102	7955
Água encanada	766	424	137	205
Aparelho sanitário	1373	554	636	173

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 1960.

O abastecimento de água na cidade¹⁰ atendia apenas a pequena parcela de domicílios, não sendo suficiente para atender a maior parte da população, sobretudo na área suburbana da cidade, onde se concentravam os moradores de baixa renda, e que se pode considerar mais populosa que a parte central em quase 3% a mais de domicílios.

Assim como a oferta de água, a coleta de esgotos era menor ainda, sobretudo pelo fato de ser necessária a compra de peças sanitárias, que, por sua vez, ficava a cargo dos proprietários do imóvel. Por outro lado, as ligações nas áreas centrais eram feitas na medida em que se calçavam as ruas, mesmo com o abastecimento precário de água, que já atendia um pouco mais de 50% das residências. Os esgotos eram coletados e dejetados nos córregos Sujo¹¹ e Pirapitinga. As demais residências que não possuíam coleta de esgotos utilizavam o sistema de fossas sépticas, ou outro sistema próximo ao de fossa séptica, denominado no levantamento feito pelo IBGE, como fossas rudimentares ou “outro escoadouro”. A tabela a seguir aponta os dados referentes à década de 1960. Cabe observar que o levantamento mostra os dados por domicílio, não delimitando a localização dos mesmos no zoneamento urbano, de acordo com a pesquisa feita pelo Instituto:

Quadro 2: Abastecimento de água e coleta de esgotos por domicílios em Ituiutaba no final da década de 1960:

TOTAL DE DOMICÍLIOS	12 717	SOMA (total de domicílios com água ou esgotos adequados ou rudimentares)
Rede de água	1737	8302
Poço ou nascente	6565	
Rede de esgotos	1123	2049

10Os dados referem-se ao município, no entanto, optamos por trazer estes dados a título de observação em relação a concentração de boa parcela da população no campo, por ser um município rural e, além disso, nos dados do censo de 1960, as informações não delimitam os municípios por zonas, dificultando o trabalho de análise temporal e comparativa em relação aos dados coletados.

11O córrego Sujo passou se chamar Ribeirão São José em 1968 (ITUIUTABA, Lei nº 1223, de 26 de março e 1968).

Fossa séptica	926	
Fossa rudimentar	2217	
Outro escoadouro	608	2825

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 1970.

Em relação à década anterior, verifica-se que ocorreu o aumento de domicílios, no município, em número significativo, somando-se um dígito de quase três mil unidades habitacionais a mais que os anos 1960. Entretanto, não se pode verificar o aumento real na cidade, em decorrência de os dados se referirem ao município sem a delimitação do zoneamento. Mesmo assim, em relação ao abastecimento de água e coleta de esgotos, pode-se verificar que a soma continua apresentando resultados insatisfatórios para atender à população, além da continuidade do uso de fossas sépticas ou outras formas rudimentares de escoamento de águas servidas e dejetos.

A implantação do abastecimento de água e esgotos em Ituiutaba – a fundação da SAE – Superintendência de Água e Esgotos

No início da década de 1960, a população urbana estava em crescimento e com ela a demanda pelo fornecimento de água. Esse aumento ocorria devido ao contingente, populacional, diretamente ligado à produção e beneficiamento de cereais, no município e nas cidades vizinhas. Visando os auspícios que a agricultura trazia, a iniciativa privada, no período entre 1950 e 1960, começou a equipar a cidade com máquinas beneficiadoras de arroz, casas de comércio, pensões, hotéis, visando atender atrair mais possibilidades de negócio. A administração municipal se alinhava com esses interesses e reivindicava, junto ao governo, a construção de estradas¹², e buscava melhorar o aspecto urbano da parte central da cidade e das estradas municipais, que facilitariam o transporte de mercadorias e das safras, além de melhorar o acesso à cidade. Dessa forma, o esforço para a implantação do abastecimento de água apresenta a convergência da demanda da população e dos

¹²Ocorreram inúmeras notícias nos jornais locais, das décadas de 1950 e 1960, e discutiu-se nas reuniões do legislativo, a temática de construção de estradas ligando o município a outros municípios da região e ao estado de São Paulo, para onde se exportava a produção agrícola. Por sua vez, a prefeitura também mantinha a conservação das estradas municipais, ligando a outros municípios e fazendas integrados na produção agrícola local, que traziam a produção para ser beneficiada na cidade. Uma das obras mais esperadas era a construção da Rodovia BR-71, importante acesso da cidade, que ligava Uberlândia à Ituiutaba e ao Canal de São Simão – GO.

interesses da prefeitura municipal, no sentido de oferecer uma estrutura urbana melhor para uma cidade que estava se tornando um referencial na região, devido à sua produção agrícola.

Na década de 1960, período em que iniciou a construção do novo sistema de tratamento e distribuição de água, o processo de modernização urbana se acentuou, apresentando uma maior quantidade de obras na cidade, sobretudo na urbanização da zona central e proximidades, com a pavimentação de ruas, ajardinamento de praças e extensão das redes de água e esgotos.

O jornal “Folha de Ituiutaba”, órgão de imprensa local, atuava como um instrumento informativo acerca das decisões do legislativo para a população letrada do município. Dessa forma, sempre veiculava notícias a respeito da política nacional e regional, e os assuntos pertinentes à cidade. O periódico noticiou¹³a primeira vez em que os técnicos do SESP - Serviço Especial de Saúde Pública - estiveram na cidade, em setembro de 1960. O objetivo da visita dos representantes da instituição era realizar a avaliação do serviço de água ofertado no município até então, e efetuar o levantamento para a implantação do novo sistema de abastecimento. O trabalho foi pago pela municipalidade ao SESP. Além disso, deveriam arcar, ainda, com o nivelamento das ruas, sobretudo nos cruzamentos, para o início das obras pelo SESP. Ainda segundo o relato do engenheiro Bem-Hur ao jornal, a obra resultaria na oferta de água para aproximadamente oitenta mil pessoas.

Para o SESP efetuar as obras de abastecimento de água nos municípios, estes deveriam arcar com 50% do custo total das obras. No entanto, desde o início da década de 1950, o sistema de água existente já apresentava sinais de insuficiência em relação à população urbana. Nesse interim, nas gestões municipais de 1950 a 1960 buscou-se uma alternativa para atender à demanda de abastecimento de água: foram perfurados 31 poços artesianos na cidade, pela escola de sondadores. Destes, três foram cedidos ao Clube Ituiutaba e doze deles destinados à distribuição de água à população. Dessa forma, a água era reservada no tanque de distribuição da cidade, e de lá distribuída às residências¹⁴. Com isso, as redes de água e esgotos puderam ser

13FOLHA DE ITUIUTABA, 07/09/1960, nº 1051, p. 1.

14Relatório de estudos preliminares apresentado à prefeitura de Ituiutaba, para implantação do sistema de abastecimento e tratamento de água. Data aproximada: 1955/56. p. 10.

ampliadas, juntamente com a efetivação de obras urbanas de pavimentação e urbanização.

Durante os anos de 1958 a 1967 ocorreu um elevado número de promulgações de leis municipais e de obras relacionadas ao saneamento na cidade, estendendo as redes de água e esgotos, a partir da área central ou no conjunto habitacional a ser construídos pela Companhia de Habitação de Minas Gerais – COHAB-MG. Outras obras relevantes para o saneamento urbano foram as construções de galerias pluviais e emissários de esgotos nas bacias dos córregos Sujo¹⁵ e Pirapitinga, locais onde se dejetavam os esgotos residenciais da cidade.

Tais medidas destinavam-se ao cumprimento das exigências feitas pelos engenheiros do SESP para a instalação do abastecimento de água na cidade. Além do cumprimento dessas obras, ocorreram numerosas negociações para conseguir efetivar o pleito. O início das tentativas de instalação do abastecimento de água começa quando o SESP finaliza o orçamento das obras, em 1960. Terminado o projeto, ficou estabelecido que o serviço de abastecimento de água seria composto por uma estação de captação e casa de bombas, no leito do ribeirão São Lourenço, composta por uma barragem dotada de posto de sucção e conjuntos elevatórios. Dessa barragem, a água seguiria por uma rede adutora, composta por adutora de recalque com 300 mm de diâmetro e 4000 m de comprimento, até a estação de tratamento com capacidade de 75 litros por segundo, onde estaria localizado também o reservatório de distribuição de 1000 m³ para uma rede de distribuição com capacidade de atender até 25 000 pessoas, aproveitando-se a rede já existente na cidade. O custo total estimado para a obra seria de Cr\$ 46.690.000,00, podendo o SESP arcar com 50% do total. Além disso, caso decidissem utilizar uma adutora de recalque maior, com 16 polegadas, poderiam dobrar a capacidade de abastecimento do sistema¹⁶.

De acordo com a reportagem do “Folha de Ituiutaba”, a primeira etapa das obras iniciaria em novembro de 1963, com a construção da barragem e da estação de captação e adução no ribeirão São Lourenço. Para tanto, a Fundação Serviço -

15O córrego Sujo passou se chamar Ribeirão São José em 1968 (ITUIUTABA, Lei nº 1223, de 26/03/1968).

16Jornal Folha de Ituiutaba, nº 1032, 29/6/1960.

Especial de Saúde Pública - FESP¹⁷ arcaria com a quantia de Cr\$ 2.400.000,00, e a Prefeitura Municipal com a quantia de Cr\$ 5.000.000,00. Para a construção da estação de captação foi doado um terreno de sessenta mil metros quadrados, a oito quilômetros da cidade¹⁸. Já no mês de fevereiro do ano seguinte, há outra notícia no mesmo jornal afirmando que o governo arcaria com as despesas das obras do novo sistema de abastecimento de água, através do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS)¹⁹. Dessa forma, não é possível datar precisamente o início das obras, podendo elas ter começado realmente no ano de 1963, e continuado no ano seguinte, mediante financiamento do governo, ou em 1964.

Durante o Governo Castello Branco (1964-1967) foram criadas importantes políticas públicas que beneficiaram a cidade de Ituiutaba, como a já comentada criação do BNH em 1964, que seria o responsável pelos financiamentos de casas populares e pelas obras de saneamento. Em seguida, no ano de 1965, foi criado o Programa de Ação Econômica do Governo - PAEG, visando estabilizar a economia e instituir as bases para o crescimento do país. Além desses, foram criados o Programa Nacional de Abastecimento de Água, e o Programa Nacional de Esgotos, estes visavam atender o contingente urbano do país de 70% e 30%, respectivamente (LUCENA, 2006.p. 3).

Em 1967 a primeira etapa das obras do abastecimento de água, em Ituiutaba, já se encontrava bastante adiantada – com a estação de captação e o reservatório de distribuição já construído (Fig. 4). De acordo com o jornal “Município de Ituiutaba”²⁰ obras se encontravam em fase de finalização. A reportagem é ilustrada com uma fotografia da estação de distribuição (Fig.4). Atualmente, este local ainda funciona para tal fim, além de abrigar também a administração da autarquia municipal, a SAE e a estação de tratamento de água.

17O SESP foi transformado em FSESP em 1960.

18Jornal Folha de Ituiutaba, nº 1291, 30/10/1963. Na edição número 2, em 8 de outubro de 1967, do jornal Município de Ituiutaba, (órgão oficial) a reportagem, trás a informação de que a estação de captação se encontra a “8 km da cidade”.

19Jornal Folha de Ituiutaba, nº 1304. 1º/02/1964.

O DNOS foi criado em 1940 (governo Vargas).

20O jornal Município de Ituiutaba foi um periódico mantido pela Prefeitura municipal, que circulou na gestão do ex-prefeito Samir Tannús (1967-1971), de 1967 a 1970. Suas publicações de 6 páginas, com uma formatação simples, de pouco conteúdo editorial, veiculavam informações das reuniões da câmara Municipal, ofícios, leis, editais. Além disso, também trazia notícias da sociedade tijucana, do governo municipal e fazia propaganda da gestão de Samir Tannús.

O ano de 1967 foi decisivo para a efetivação do projeto de abastecimento de água na cidade: Em fevereiro daquele ano o prefeito Samir Tannús ficou encarregado de firmar contrato com a FSESP para instalar a rede de abastecimento de água e sua expansão, por meio de financiamento, com a instituição que seria indicada pela Fundação SESP (ITUIUTABA, Lei nº 1101, de 27/02/1967). Nesse momento, o Governo Castello Branco já apontava para a centralização das políticas de saneamento no país, visando atender à grande demanda da população.

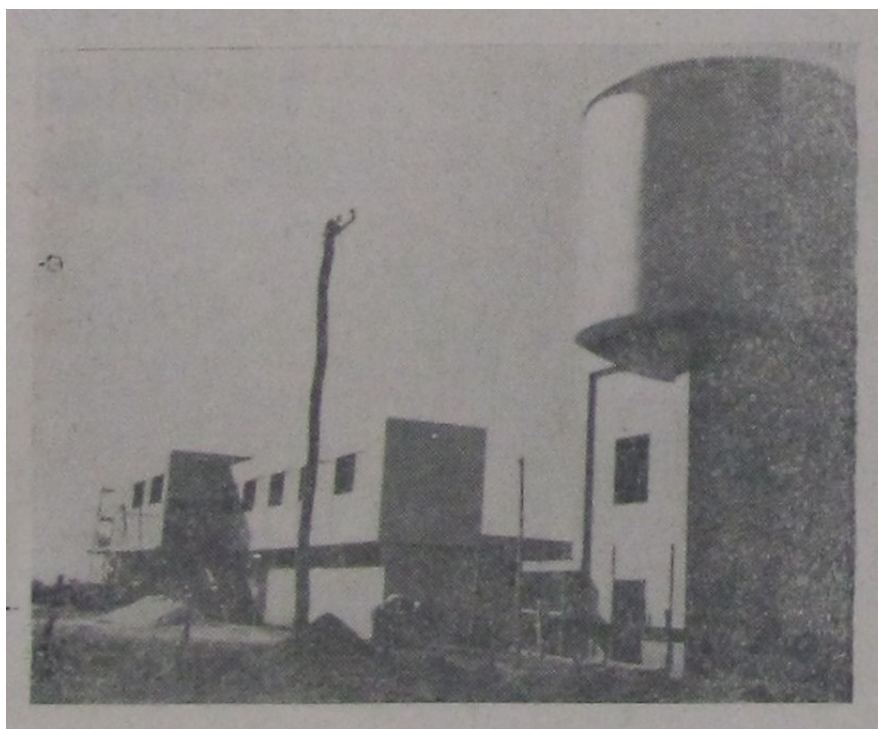


Fig. 4. Estágio da obra de construção da estação de distribuição e tanque de abastecimento de água, em fevereiro de 1967. Fonte: *Jornal Município de Ituiutaba*, 1967.

No mesmo ano a prefeitura instalou²¹ a autarquia municipal, SAE – Superintendência de Água e Esgotos - que respeitando as exigências do FSESP, seria autônoma em relação à prefeitura, configurando-se como uma instituição de economia mista, ou seja, parte do capital estaria sob a responsabilidade da administração municipal, além de também responder à FSESP – Fundação Serviço Especial de Saúde Pública. Esta empresa, futuramente, poderia aderir ou não à encampação da companhia de abastecimento estadual. A criação das autarquias era

²¹ITUIUTABA, Lei nº 1208 DE 27/12/1967.

uma exigência da FSESP para que fosse efetuado o empréstimo pela agência financiadora das obras, para a implantação do sistema de abastecimento de água e da exploração do mesmo, de modo a torná-lo autossustentável, e que tivesse condições de expandir-se futuramente. O órgão financiador das obras foi o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O contrato de financiamento pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento - só foi assinado em 1969, tendo o Banco do Brasil como intermediador, ou seja, a instituição financeira responsável pelo depósito do BID, destinado à SAE – Superintendência de Água e Esgotos. A verba estava designada para o fim das obras, pois a estação de distribuição estava pronta. Neste momento, faltava a construção da estação elevatória, a instalação das adutoras de recalque, ligação entre as duas estações (a de captação e a de tratamento e distribuição), por meio de uma rede de recalque, com tubos de 500 mm, numa extensão de aproximadamente 4 km, além de parte da rede de distribuição de água.

O último passo para a efetivação do serviço foi a autorização da prefeitura para que fossem criadas as tarifas do serviço de água²². No ano seguinte, as obras foram finalizadas e a população passou a contar com o serviço da autarquia.

A SAE permaneceu vinculada à FSESP, e depois à Funasa até 1999, quando retornou à Administração Municipal. Neste mesmo ano, as obras da Estação de Recuperação e Preservação Ambiental - ERPAI estavam concluídas, iniciando-se o tratamento dos esgotos dejetados na cidade.

Considerações finais

O processo de modernização urbana de Ituiutaba mostrou, ao longo dos meados do século XX, que a convergência de interesses, alinhados a um momento histórico propício levou ao crescimento urbano ordenado da cidade, considerando-se a distribuição de serviços sanitários à população na medida em que a malha urbana avançava. Esse processo foi demorado e desigual a princípio. Contudo, em virtude do alcance das políticas públicas federais foi possível a extensão desses serviços a uma parcela maior da população já no final do século XX. A atuação das políticas públicas federais FSESP foi imprescindível para a implantação de um sistema de

²²ITUIUTABA, Lei nº 1285, de 31/07/1969.

abastecimento na cidade, tanto em função de oferta de subsídios técnicos, como pela oferta de recursos, através do financiamento das obras. Há ainda questões em aberto, como o motivo da autarquia não ter aderido ao PLANASA e se alinhado à Companhia estadual de abastecimento – COPASA-MG. Entre uma das possibilidades é a auto sustentação econômica da autarquia. Por outro lado, ainda cabe investigar os arranjos políticos locais que possivelmente tenham influenciado na manutenção de uma empresa de economia mista e de sua efetividade na prestação dos serviços na cidade que perdura mais de quarenta anos, e que zela pela qualidade dos serviços prestados à população. A Superintendência de Água e Esgotos – SAE se mostrou como um dos exemplos de efetividade e de sucesso das ações da FSESP enquanto política pública que atuou na área de saúde e saneamento, sendo uma precursora do PLANASA.

Referências:

BASTOS, Nilo Chaves de Brito. Transformação do SESP em Fundação. In.: _____ *SESP/SESP: 1942 – Evolução Histórica – 1991*. 2ed. Brasília: Fundação Nacional da Saúde, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Cidadania no Brasil*. 13ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Nilson do Rosário. Revisitando o PLANASA. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro. 25(2), p.31-39. jan.- jun./1991.

FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In.: _____; DELGADO, Lucília Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FOLHA DE ITUIUTABA. n. 473 a 1032. Janeiro de 1952 a março de 1960. (Hemeroteca da Fundação Cultural de Ituiutaba –FCI).

FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

LUCENA, Andréa Freire de. As políticas Públicas de Saneamento básico no Brasil: Reformas institucionais e políticas governamentais. *Plurais*, v. 1 n. 4. Disponível em: <<http://www.ct.ufpb.br/~anaclaudia/Sistemas%20de%20abastecimento%20de%20%E1gua/textos%20complementares/Pol%EDticas%20P%FAblicas%20de%20saneamento%20b%E1sico.pdf>> Acessado em 4/3/2014.

IBGE. Censo demográfico de 1960. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em: 04/01/2014.

IBGE. Censo demográfico de 1970. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em: 04/01/2014.

ITUIUTABA, *Ata da sessão de posse da Câmara Municipal de Ituyutaba*. 1º de janeiro de 1916.

ITUIUTABA, Câmara Municipal. Atas de reuniões ordinárias e extraordinárias de 1948 a 1971.

ITUITABA. Lei nº 316 de 17 de maio de 1955, que modifica as leis Nº 288 e 294 de 26 e 29 de novembro de 1954.

ITUITABA. *Código de Posturas*. Lei nº Lei nº 309 de 29/01/1955.

ITUITABA. *Zoneamento urbano*. Lei nº 312 de 18 de março de 1955.

ITUIUTABA, Lei nº 1101, de 27 de fevereiro de 1967.

ITUIUTABA, Lei nº 1102 de 27/02/1967.

ITUITABA. Lei nº 1134 de 13 junho de 1967.

ITUITABA. Lei nº Lei nº 1136 de 13 junho de 1967.

ITUIUTABA, Lei nº 1208 de 27 de dezembro de 1967.

ITUIUTABA, Lei nº 1223, de 26 de março e 1968.

MUNICÍPIO DE ITUIUTABA. n. 16 a 111. Janeiro de 1968 a março de 1970. (Hemeroteca da Fundação Cultural de Ituiutaba –FCI).

OLIVEIRA, Bianca Simoneli de. *Ituiutaba na rede urbana tijuana: (re)configurações sócio-espaciais de 1950 a 2003*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2003.

PAIVA, Hélio Benício de. “Antigas soluções tijucanas para o abastecimento de água”. *O Centenário*. In.: Fundação Cultural de Ituiutaba/Prefeitura Municipal de Ituiutaba. Ed: Gráfica EGIL, 2001, p.30.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração nacional e concentração de renda (1967-1973). In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do Século XX*. v 4. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

Relatório de estudos preliminares apresentado à prefeitura de Ituiutaba, para implantação do sistema de abastecimento e tratamento de água. Data aproximada: 1955/56.

SAIANI, Carlos César Santejo. *Competição política faz bem à saúde? Evidências dos efeitos dos determinantes da privatização dos serviços de saneamento básico no Brasil*. Tese doutorado (em economia). Escola de Economia de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: 2012

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. (2ª Ed.), 1997, SP: FAPESP/Studio Nobel.

SAE. Histórico. Disponível em: <www.saeituiutaba.com.br/?sec=sae&pg=historico> Acessado em 13/2/2014

SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Domando águas: Salubridade e ocupação do espaço na cidade de São Paulo, 1875-1930*. São Paulo: Alameda, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2.ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

SALLES, Maria José. *Política Nacional de Saneamento: Percorrendo caminhos em busca da Universalização*. Tese de Doutorado (em ciências/saúde pública). Departamento de Ciências. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica: Biblioteca de Saúde Pública. Rio de Janeiro 2009.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira. *Memória: Lembrança e esquecimento*. Trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 1960. Dissertação (mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1997.